

Resistam! Os desesperados, inadequados e ilegais são eles!

Conforme divulgado pelas entidades no dia 31/12/21, a juíza da 74ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, no exercício do Plantão Judiciário do TRT-RJ, proferiu decisão deferindo a tutela de urgência em favor do Sintergia, representado pela Advocacia Garcez, no processo sobre a obrigatoriedade da assinatura do termo aditivo de teletrabalho.

Em vista dessa importante vitória da categoria, é preciso que nenhum trabalhador se curve diante das ameaças da empresa, mesmo quem assinou o termo! **A direção da Eletrobras precisa respeitar a Lei, o Acordo Coletivo de Trabalho e os trabalhadores e trabalhadoras.**

Sabemos que a empresa instituiu um calendário praticamente inexecutável para entrega das demonstrações financeiras, na tentativa de acelerar o calendário da privatização. Nesse momento, mais do que nunca, é importante que trabalhadores e trabalhadoras conheçam seus direitos e obrigações.

Hora extra.

Na visão das Entidades de Representação, mesmo em teletrabalho, trabalhadores e trabalhadoras não são obrigados a fazer qualquer hora-extra sem que a empresa os comunique formalmente com antecedência. Caso ocorra a solicitação formal da empresa, a lei limita a duas horas adicionais por dia, sob a condição de pagamento adicional previsto no ACT. E mais: como o próprio nome diz "horas extraordinárias" não pode ser entendidas como "horas ordinárias".

Sendo assim, entendemos que aqueles que não receberam nenhum comunicado formal da empresa têm obrigação de cumprir apenas seu horário de trabalho, conforme determinado em ACT, estejam na empresa ou em teletrabalho.

Além disso, recebemos informações de que a empresa tem exigido trabalho acima da carga horária determinada no ACT e se recusa a pagar horas-extras. Não trabalhe de graça! Ainda mais nesse momento, em que o trabalho extra seria como **CAVAR A PRÓPRIA COVA!** Como já citado acima, sabemos que a pressa da empresa está relacionada ao prazo apertado do cronograma de privatização.

Não aceitem pressão para assinar notas técnicas com informações duvidosas!

Recebemos denúncias de trabalhadores e trabalhadoras que têm sido pressionados por diretores e superintendentes a assinar notas técnicas e outros documentos com dados e resultados alterados conforme a conveniência das diretorias, mesmo após expressarem suas discordâncias com o conteúdo. É bom lembrar que as diretorias passam e os trabalhadores e trabalhadoras ficam. Quem responde pelas notas técnicas são os trabalhadores e trabalhadoras que as assinam e que depois podem ter que responder sobre o seu conteúdo junto ao TCU e à CGU. Os diretores pressionam e deixam o abacaxi com os trabalhadores e trabalhadoras! Por isso, não aceite pressão! Sabemos que o processo de privatização está recheado de falhas que serão judicialmente questionadas antes, durante e mesmo após o processo, caso ele ocorra.

A privatização Eletrobras vai ser extremamente prejudicial não só ao país, como também aos trabalhadores e trabalhadoras da empresa! Todos os processos de privatização resultaram em

demissões do corpo funcional, de todos os níveis, do médio às gerências! Isso ficou ainda mais claro com a Resolução 826/2021, aprovada sorrateiramente no apagar das luzes de 2021.

Mais uma Norma imoral, ilegal e injusta imposta unilateralmente pela direção!

A NO-DSP-01 (veja [aqui](#)), aprovada pela Resolução 826/2021, é absurda e notadamente uma retaliação às ações das Entidades de Representação e a resistência dos trabalhadores e trabalhadoras aos desmandos da atual direção da empresa que insiste em descumprir o ACT e lamber as botas dos interessados na privatização. Demissão é o objetivo. Esvaziar e entregar a Eletrobras aos especuladores, ao capital privado. Esse é o projeto desse governo e dessa diretoria. Essa norma desrespeita o Acordo Coletivo de Trabalho vigente, fato comum na atual gestão, e por isso será questionada judicialmente.

É importante que trabalhadores e trabalhadoras se conscientizem nesse momento tão decisivo do país e de suas vidas! Que entendam que podem estar sendo obrigados a construir sua própria cova, e que resistam e rejeitem qualquer imposição "superior".

Entrega de cargos!

A imprensa tem noticiado amplamente que membros do corpo gerencial do Banco Central, da Receita Federal e de outros órgãos e empresas estão entregando seus cargos de chefia em resposta ao tratamento do governo a questões salariais. O nosso caso é infinitamente mais grave e urgente. Os gerentes da Eletrobras precisam participar da luta pela Eletrobras pública, pelo conjunto de trabalhadores e também por eles próprios e suas respectivas famílias. Não se iludam com falsas expectativas de aproveitamento ou algo do gênero. Procurem conhecer o que aconteceu em outras situações similares. Não contribuam para o atropelamento de todos os procedimentos, que está ocorrendo para a destruição e venda à preço de banana da empresa. Entreguem os cargos! e vamos juntos partir para uma mobilização geral contra esse crime de lesa pátria. Não abandonaremos qualquer segmento de trabalhadores. Caso existam pleitos de incorporação de gratificação tomaremos todas as medidas cabíveis e possíveis. Precisamos de todos na luta. Aliás, todos os gerentes do grupo Eletrobras devem entregar seus cargos. Lembre-se que vocês fizeram concurso para uma empresa pública!

Não se deixem intimidar, procurem a AEEL e as entidades sindicais para denunciar quaisquer abusos!

Compartilhe esse informe com os colegas!

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nas logos abaixo](#)).

A Diretoria, em 5 de janeiro de 2022.

Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL

